



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

OFÍCIO N.º 1126

Artigo 5º) - Será concedido um prazo de 30 (trinta) dias, para conclusão das obras, aos proprietários que receberem intimação para a reconstrução ou consertos de passeios.

§ única) A juízo do Prefeito Municipal, esse prazo poderá ser prorrogado, se o interessado o requerer no prazo de 10 (dez) dias, contados de recebimento da intimação.

Artigo 6º) - Não sendo encontrada o proprietário, ou pessoa que o represente, a Prefeitura o intimará por edital afixado na Prefeitura e publicado na imprensa local, fixando o prazo de sessenta dias contados da publicação, só se admitindo prorrogações por motivo relevante a juízo do Prefeito Municipal, e se o interessado o requerer dentro de 30 (trinta) dias da publicação.

- IV DA EXECUÇÃO PELA PREFEITURA -

Artigo 7º) - Sempre que assim julgar conveniente, após expirado o prazo da intimação, sem prejuízo da multa imposta nos termos do artigo 15º e suas letras, a Prefeitura poderá mandar construir, reconstruir ou consertar os passeios conforme o caso, cobrando dos proprietários o custo do serviço de acordo com os gastos efetuados na época.

§ 1º) Além do custo do serviço a Prefeitura cobrará a percentagem de 20 % (vinte por cento) a título de administração,

§ 2º) A importância correspondente ao custo do serviço e mais a percentagem de administração deverá ser paga, pelo proprietário responsável, dentro de 30 (trinta) dias, a contar da entrega do aviso expedido pela Prefeitura, convidando-o a efetuar o pagamento.

§ 3º) Findo o prazo estabelecido no parágrafo anterior e não tendo sido efetuado o pagamento será a dívida inscrita, com acréscimo de 10 % (dez por cento).

Artigo 8º) Ficará a cargo da Prefeitura a reconstrução ou consertos dos passeios, no caso de alteração de nívelamento das guias ou de estragos ocasionados pela arborização.

§ único) - Competirá também à Prefeitura o conserto necessário quando houver diminuição da largura dos passeios, em virtude da modificação de alinhamento das guias.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

OFFICIAL:.....

Artigo 9º) No caso de modificação ou estragos causados por entidades públicas, companhias ou empresas concessionárias de serviços públicos, a reconstrução ou consertos das paredes ficará a cargo da autora.

- T i t u l o I I -

- M u r e s -

I. - INCIDENCIA -

Artigo 10º) - Todos os proprietários de imóveis, constituídos de terrenos sem construção, situados em vias públicas, dentro do perímetro urbano, são obrigados a construir, reconstruir ou reparar os respectivos muros e mantê-los em perfeita estado de conservação.

§ 1º) Consideram-se como inexistentes não só os muros que vierem a ser construídos ou reconstruídos em desacordo com as especificações técnicas e regulamentares impostas pela Prefeitura, bem como os consertos feitos nas mesmas condições ;

§ 2º) Na 3ª zona Urbana, a critério da Prefeitura, a título precário, o muro poderá ser substituído por cerca de bambú, cerca viva ou de arame, devendo neste caso os interessados obedecer às determinações da Prefeitura para cada modelo de cerca.

§ 3º) Os terrenos situados no perímetro urbano que contiverem construções recuadas do alinhamento da via pública, deverão ser vedados por muros, muradas ou grades de ferro, não estando, entretanto, sujeito à exigência de artigo 11º. Deverão, porém, observar a necessária estética.

Artigo 11º) São as seguintes as especificações técnicas e regulamentares a que se refere o parágrafo 1º do artigo anterior: parede de 1 (um) tijolo, altura mínima de 1,80 (um metro e oitenta centímetros), rebocada e calada de cor branca ou creme.

Artigo 12º) Intimado, o proprietário terá prazo de 30 (trinta) dias para construir ou consertar o muro situado dentro da primeira Zona e 60 (sessenta) dias para o muro da segunda Zona.

§ 1º) Quando se tratar da terceira Zona, o proprietário terá para construir, reconstruir ou consertar a cerca quando for o caso 60 (sessenta) dias de prazo.

§ 2º) Estes prazos poderão ser prorrogados quando

